

Da forma ao conteúdo, das normativas às políticas editoriais

*“É somente requestar e usar
é somente requestar e usar”
Parque Industrial, Tom Zé (1968)*

O trabalho editorial por detrás do número 114 do Boletim Paulista de Geografia (BPG) reforça o debate sobre as políticas editoriais enquanto um exercício de reflexão prática e permanente. Prática porque a premissa dessas políticas é justamente orientarem e se fazerem presentes em todo o processo, e permanente em função de que a cada submissão questões outras surgem.

Assim, o fazer editorial não se resume a um trabalho meramente manual de dar comandos no sistema seguindo as políticas editoriais como normativas etapistas pelas quais os manuscritos devem transcorrer, numa espécie de linha de produção onde ao final se obtém a publicação tal qual uma mercadoria fruto de um processo imerso em alienação.

Desse modo, todas e quaisquer políticas editoriais têm de se distanciar da ironia posta no trecho epigrafado. Não se requesta e usa, não se adapta e aplica e, muito menos, se relativiza políticas editoriais.

O mesmo vale aos manuscritos quando esses são requeridos. A etapa de *desk review* onde a similaridade da submissão é verificada, expressa um excelente exemplo de como as políticas editoriais estão longe de se reduzirem a normativas. Se não há uma taxa de similaridade aceitável pré-definida, o trabalho editorial consiste em compreender cada manuscrito em sua complexidade, em que a originalidade e ineditismo não é atestada meramente por um percentual.

É por isso que necessitamos de um corpo editorial interessado na construção, debate e reflexão sobre as políticas editoriais. Exigindo que esse trabalho vá muito além de um fiscal de *template*, de percentual de similaridade ou, em casos não raros, da tipologia e “idade” das referências.

No mesmo sentido, também há de se ter coragem no exercício editorial para enfrentar às más práticas na produção científica. Da manipulação de autoria à pressão por aceleramento no processo de editoração;



da tentativa de publicação redundante ao milagre da multiplicação de um mesmo estudo; da diferenciação de orientação e de coautoria.

Não pode-se deixar de mencionar que a pertinência deste debate é tamanha e urgente que no XVI ENANPEGE, realizado em setembro de 2025 em Macapá-AP, o tema extrapolou o espaço do Fórum de Editoras e Editores e esteve presente na mesa redonda “Dilemas atuais na produção, circulação e divulgação da ciência geográfica”. Na ocasião, além da exposição de dados preocupantes referentes a ausência e precariedade das políticas editoriais nas revistas brasileiras de geografia, houve espaço também para a banalização dessa discussão.

Uma crítica que por um lado reduz a extensa e comprometida construção coletiva capitaneada pela AGB enquanto exercício que coloca a forma na frente do conteúdo, e que produz, enquanto resultado, uma série de normativas e não de políticas editoriais revela, pelo menos, dois aspectos. A dissociação de forma-conteúdo enquanto par dialético e, infelizmente, uma visão estática, engessada e positivista sobre a construção e seriedade do fazer científico frente aos desafios contemporâneos.

Entender que esse debate está vencido significa abrir mão da nossa capacidade e dever de não dissociar a criticidade e o compromisso ético e social dos nossos estudos para com o trabalho editorial e, consequentemente, para a produção e circulação do conhecimento científico.

Nesses termos, tanto as nossas políticas editoriais do BPG, coletivamente debatidas e construídas no âmbito da Seção Local São Paulo, bem como das orientações que subscrevemos junto ao Manifesto pela Ética na Publicação Científica, são pontos de partida para o trabalho realizado. É justamente por isso que reduzir as políticas a meras normativas, seja no discurso ou na prática, configura um lamentável desconhecimento e descompromisso com a produção científica aberta, livre e ética.

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues